



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Celina Leão lidera nova rodada de pesquisas para o GDF

A Paraná Pesquisas divulgou ontem mais uma rodada de pesquisas da corrida ao Palácio do Buriti em 2026. Pela primeira vez, o levantamento não apresentou o nome do apresentador e deputado federal Fred Linhares (Republicanos) como opção ao GDF, e manteve o nome dele apenas

na disputa para o Senado.

Mesmo com esta mudança, a vice-governadora Celina Leão (PP) segue liderando os dois cenários pesquisados, tendo registrado até mesmo um crescimento em relação às pesquisas anteriores (feitas em junho e julho). No primeiro cenário, com Arruda na disputa, ela passou de 27,5% para

Ainda inelegível, Arruda segue em segundo. Saída de Fred Linhares da lista de candidatos pesquisados embaralha ainda mais a disputa ao Buriti

31,1% e, agora, surge com 37,2%.

O ex-governador José Roberto Arruda (que não tem partido e ainda segue inelegível, mas com chances reais de voltar à disputa em 2026), tinha 15,9% em junho e agora surge com 16%. Em julho, o nome dele não foi apresentado ao eleitor como opção.

No grupo a seguir, seguem muito próximos os possíveis candidatos Leandro Grass



A vice-governadora Celina Leão (PP) segue na liderança na intenção de votos para o Palácio do Buriti, segundo a Paraná Pesquisas

(PT), com 9,7%, seguido por Izalci Lucas (PL), com 9% e mais abaixo Paula Belmonte (Cidadania), com 6%, e Ricardo Capelli (PSB), com 5,2%.

Quando a pesquisa retira o nome de Arruda, no num segundo cenário, Celina Leão passa para 45,6%, Izalci Lucas pula para segundo lugar com 12,7%, Leandro Grass fica em terceiro com 11,9% e Ricardo Capelli aparece com um percentual um

pouco maior, de 8,3%.

Candidatos ao Senado

Para o Senado, a corrida permanece com o cenário próximo à pesquisa anterior. Agora, Michelle Bolsonaro (PL) aparece em primeiro com 36%, seguida por Ibaneis Rocha (MDB) com 35,6%.

A atual senadora Leila do Vólei (PDT) aparece em terceiro com 25,4% e a possível candidata Erika Kokai (PT) fica com 22,8%.

Nesta pesquisa, o apresentador Fred Linhares ficou com 22,1% das intenções de voto - embora no levantamento anterior ele somasse 18,9%, aparecia em segundo lugar.

Para esclarecer ao leitor: fica bastante confuso o comparativo entre uma pesquisa e outra, porque em cada uma delas aparecem (ou desaparecem) nomes. Além da saída de Fred Linhares das pesquisas para o GDF, desta vez para o Senado, por exemplo, não há citação ao nome de Reguffe (Solidariedade).

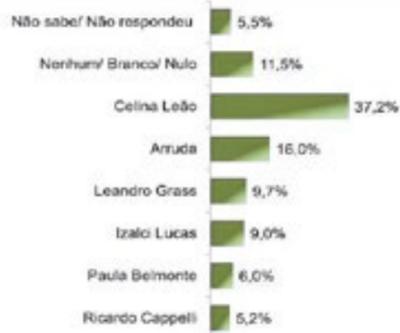
No caso do Senado, a pesquisa pediu que cada eleitor indicasse dois nomes, pois em 2026 haverá a eleição de dois senadores.

A Paraná Pesquisas ouviu 1.510 eleitores entre os dias 23 e 27 de agosto. A margem de erro estimada é de 2,6% e o grau de confiança é de 95%, segundo o instituto.

Situação Eleitoral – Governador

ESTIMULADA – Cenário 1

Fonte: Dados da Única Federal (19/8)

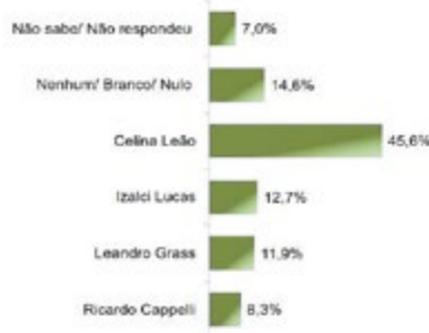


No primeiro cenário pesquisado, aparece o nome do ex-governador Arruda (que segue inelegível)

Situação Eleitoral – Governador

ESTIMULADA – Cenário 2

Fonte: Dados da Única Federal (19/8)

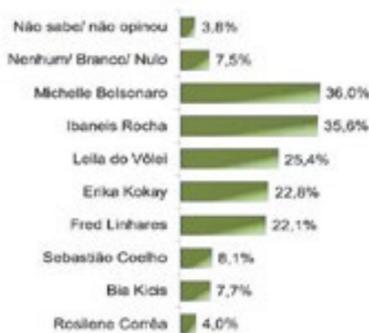


Sem Arruda, nesta simulação Celina Leão dispara e os demais candidatos têm crescimento

Situação Eleitoral – Senador

ESTIMULADA – RM*

Fonte: Dados da Única Federal (19/8)



Para o Senado, a grande novidade foi a queda de posição de Fred Linhares

Encerramento do 'Bate Papo 3º Setor' movimenta a CLDF

A Câmara Legislativa do Distrito Federal será palco no sábado (13) de uma edição histórica do projeto Bate Papo 3º Setor. Depois de quatro semanas de intensos encontros virtuais, o projeto inicia sua fase presencial no Auditório da CLDF, das 9h às 18h, e marca não apenas o encerramento da primeira fase da iniciativa, como também o lançamento do aguardado livro "Não Devolvemos Dinheiro", de Tito Santana — uma referência nacional em inovação no terceiro setor.

Criado pela PROJETUS Consultoria, uma impact tech com atuação em todo o país, o

Bate Papo 3º Setor é mais do que um evento: é um movimento. Desde o início desta 4ª edição só no DF, oferecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e realizada pelo Instituto Omni, já foram promovidas mais de 140 horas de conteúdo gratuito, com a participação de mais de 20 especialistas de diversas regiões do Brasil, abordando temas fundamentais como captação de recursos, legislação, governança e inovação social, além de conteúdos sobre direito do trabalho direcionados ao terceiro setor.

Agora, o que começou online ganha vida no presencial, com foco em conexões reais, trocas de experiências e fortalecimento de redes

de impacto. A programação inclui palestras, rodas de conversa, apresentações culturais, além de stands de parceiros no pátio externo da Câmara Legislativa do DF, entre outras atrações, garantindo um ambiente acolhedor e inclusivo.

Lançamento do livro "Não Devolvemos Dinheiro"

Durante o encontro, Tito Santana lança oficialmente seu livro "Não Devolvemos Dinheiro", uma obra-manifesto que já desperta atenção entre lideranças sociais e gestores públicos. O título, que carrega o grito de guerra da comunidade do terceiro setor, apresenta um guia prático e direto sobre como transformar projetos sociais em resultados concretos

— sem perder prazos, sem desperdiçar recursos e, principalmente, sem precisar devolver verbas por má execução.

Com uma linguagem simplificada e exemplos reais, o livro é voltado tanto para iniciantes quanto para gestores experientes, e traz um "mapa de jornada" aplicável por qualquer organização que deseje navegar com mais segurança no universo da gestão de projetos de impacto.

"Esse livro é para quem está na trincheira, para quem precisa de método e clareza em um cenário muitas vezes tomado pela BURROcracia e desinformação. É também um convite à profissionalização do setor", afirma Tito.



Tito Santana é fundador da PROJETUS

Obras públicas devem ter QR Code

Divulgação SODF

Por Thamiris de Azevedo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), por meio do Conselho Especial, julgou constitucional a Lei Distrital 7.433 de 2024, que determina a implementação de QR Code informativo em todas as placas de obras públicas no DF, inclusive em obras que já estão em andamento.

Segundo a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o governador Ibaneis Rocha (MDB) vetou o projeto de lei após sua aprovação em plenário. No entanto, o veto foi derrubado por votação da própria CLDF, e a norma foi promulgada, tornando-se lei em março de 2024. Na ocasião, o governador ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a norma, sob a alegação de que a Câmara Legislativa estaria criando atribuições para órgãos públicos sem a devida autorização do Poder Executivo local.

Consta na peça da defesa que a lei estaria invadindo a



Tribunal negou pedido do GDF para derrubar a lei

competência privativa do chefe do Executivo local para propor projetos de lei relacionados à Administração Pública, violando o princípio da separação dos poderes. Além disso, o Governo do Distrito Federal argumentou que, ao ser aprovada pela CLDF, a proposta não considerou o impacto orçamentário-financeiro, o que poderia sobrecarregar as Secretarias de

Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Obras e Infraestrutura do DF.

Transparência

Conforme entendimento do Tribunal, a medida apenas amplia procedimentos já existentes de publicidade e transparência e, por isso, não ultrapassa nenhuma competência.

À reportagem, a autora da

lei, deputada distrital Jaqueline Silva (MDB), ressalta a necessidade de aumentar a transparência em relação às obras públicas.

"O intuito da lei é usar a facilidade da tecnologia ao seu favor disponibilizando ao cidadão a informação de forma acessível, já nas placas instaladas no local das obras. Facilitar esse acesso é deixar o contribuinte a par do seu direito de informação sobre os gastos públicos. Acessar essas e outras informações por meio do QR Code permite que a população não apenas fiscalize, mas faça parte do processo de acompanhamento direto das benfeitorias públicas", ela afirma.

Consta na lei que os códigos digitais devem conter informações sobre empenhos, notas fiscais, aditivos contratuais e dados técnicos, publicação do objeto da obra, justificativa, valor previsto e já gasto, cronograma, empresa responsável, licitação, projeto arquitetônico, responsáveis pela fiscalização, cópia do processo administrativo, entre outros itens.

Imagens criadas por IA

Os animais que sofrem maus-tratos não conseguem fazer uma denúncia anônima, mas você pode.

LIGUE 197 E DENUNCIE.



A CLDF também trabalha pelo bem-estar dos animais. Por isso, aprovou leis especiais para proteção dos pets, além de apoiar os projetos para vacinação e castração de cães e gatos e incentivar a adoção responsável.

• Lei Distrital 7535/2024
Reconhece os animais como seres passíveis de dor e sofrimento.

• Lei Distrital 7543/2024
Instituição do Programa Guardião Responsável.

www.cl.df.gov.br



CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL